

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO

PIT

ANA CRISTINA DE CARVALHO

DRA. EDICLEA MASCARENHAS FERNANDES

ORIENTADORA



PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO PIT





APRESENTAÇÃO

CARVALHO, Ana Cristina de

Plano Individualizado de Transição: Roteiro de Orientação/ Ana Carvalho, 2018, xx pg

Orientadora: Edicléa Mascarenhas Fernandes

Desenvolvido na Universidade Federal Fluminense – Instituto de Biologia – curso de Mestrado em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF.

Em parceria com o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva - UERJ

Ana Cristina de Carvalho

Psicóloga/Psicopedagoga/Especialista em Educação Especial

Professora de Educação Especial da rede FAETEC/RJ

Mestranda em Diversidade e Inclusão no CMPDI/UFF

O presente roteiro foi produzido sob orientação: Prof.^a Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes e preparado com base no relatório publicado pela European Agency for Development in Special Needs Education e discussões feitas na dissertação de Mestrado Plano Individual de Transição para Vida Adulta para Pessoas com Deficiência Intelectual.

Meus sinceros agradecimentos a: FAETEC; a comunidade da Escola Especial Favo de Mel; ao CMPDI/UFF e ao NEEI/UERJ.



SUMÁRIO

Introdução	04
Transição para Vida Adulta.....	05
Plano Individual de Transição - PIT.....	09
O que é?	09
Para quem?	10
Por quê?	10
Como fazer?	11
Objetivos do PIT.....	12
Princípios Orientadores do PIT.....	13
Instruções de Trabalho.....	14
Modelo 1 - PIT.....	16
Modelo 2 - PIT.....	22
Modelo 3 - PIT.....	27
Esclarecendo Dúvidas	31
Referências Bibliográficas	34



INTRODUÇÃO

O processo de transição para a vida adulta, assim como o ingresso da pessoa com deficiência no mundo/mercado de trabalho não se mostra tarefa assim tão simples, e pensando neste processo a implementação de um Plano Individual de Transição (PIT) se apresenta como um fator facilitador na transição para a vida adulta.

No primeiro momento discutimos o processo de transição para a vida adulta, frente aos diferentes conceitos e processos que compõe a sua concretização.

No segundo momento iremos definir o plano individual de transição, sua importância e possibilidades, principalmente quando utilizados com pessoas com deficiência intelectual. Discutiremos o que é, a quem se destina, o porquê fazer e o como fazer.

No terceiro momento apresentamos três modelos de PIT, a serem utilizados de acordo com as características de cada público.

Finalizamos com as principais dúvidas que apareceram durante a organização deste relatório.



TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Envelhecer é um processo natural do ser humano, e as pessoas com DI também passam por esse processo, sendo necessário garantir suportes, mas não somente para o seu bem-estar físico, (como cuidados de alimentação, higiene...), mas a sua inclusão social e profissional, pois as pessoas idosas com DI estão sujeitas a um conjunto ainda maior de preconceitos e estigmas, pois se somam o preconceito da deficiência e o da velhice, potenciando uma dupla vulnerabilidade. Faz-se necessário compreender a complexidade da relação entre longevidade e deficiência, pois ao mesmo tempo a conquista do direito a envelhecer traz consequências mediadas por fatores econômicos e sociais.

Em um país em que só o fenômeno do envelhecimento se torna suficientemente visível para mobilizar a atenção das políticas públicas e da sociedade, o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual é ainda uma preocupação exclusiva das famílias, dos profissionais e organizações que atendem a essa parcela da população e a ciência. (SIQUEIRA, 2011 p.25)

Segundo Mendes (2010) partir dos anos 90, a transição para a vida adulta de jovens com deficiência começou a fazer parte da discussão e pauta de trabalho de pessoas que atuam com esse público em vários países. A Declaração de Salamanca (1994) teve um importante papel na orientação das políticas e das práticas educacionais envolvendo a transição para a vida adulta, nos quais se incluem os países europeus, cujas bases nortearão este produto.

A European Agency for Development in Special Needs



Education¹ elaborou um relatório onde o conceito de transição da escola para a Transição para a Vida Adulta onde coloca que não há um conceito único, mas diferentes documentos internacionais o referenciam como:

- Internacional Labour Office² define transição como um processo de orientação social que implica mudança no estatuto e no papel do indivíduo. Este processo é fulcral em termos sociais, pois implica uma alteração na auto-imagem, nas relações e rotinas.
- Declaração de Salamanca estabelece que jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. (p.13)
- A Labour Force Survey³ defende que a transição da escola para o trabalho não é linear; que a saída da escola não é, necessariamente, seguida do início do trabalho. Ela é gradual e os jovens experienciam períodos intercalares de estudo e de trabalho.

A transição para a vida adulta deve trazer como objetivo básico, a preparação dos jovens, seja ele uma pessoa com deficiência ou não, para uma vida adulta com qualidade e deve proporcionar condições e oportunidades de inserção na vida ativa. Soriano (2002) aponta que a transição para a vida adulta traz três processos básicos:

¹ Organização independente que atua como uma plataforma de colaboração para os ministérios da educação em nossos países membros.

² O Internacional Labour Office é o secretariado permanente da Organização Internacional do Trabalho. É o ponto focal para as atividades gerais da Organização Internacional do Trabalho.

³ O Labour Force Survey é um estudo das condições de emprego da população do Reino Unido.



- Um período de tempo necessário para que se desenvolva um trabalho prévio para a transição.
- Passagem de nível educacional ou de estágio de vida para outro.
- Mudança em termos de situação pessoal e profissional.

E neste processo de transição para a vida adulta para pessoas com deficiência intelectual, a escola apresenta um papel muito importante, quando tem como compromisso o desenvolvimento de competências de autonomia, pessoal, social e na sua formação para o mundo do trabalho.

No atual contexto de transformação, levando em consideração as legislações e a demanda da sociedade como um todo, torna-se imprescindível capacitar profissionalmente pessoas com deficiência intelectual, preparando-as e auxiliando-as em sua inserção laboral, sendo um desafio constante na educação a busca de novas práticas educativas que contemplem tanto as novas demandas do mercado de trabalho quanto às particularidades do alunado com deficiência intelectual. CARVALHO, LOPES, PACHECO (2016)

Para Verdugo (2005), um dos objetivos educativos deveria ser formar cidadãos responsáveis e autossuficientes, indivíduos com alta autoestima, com iniciativa, habilidades e desejos de seguir aprendendo. As práticas educativas direcionadas para pessoas com deficiência intelectual devem favorecer que os mesmos sejam capazes de alcançar maiores cotas de autonomia e controle de suas vidas.

Segundo López (2010), observa-se, entre os alunos com deficiência intelectual, uma carência de um período intermediário entre a formação acadêmica e o acesso a inclusão laboral, já que a sua grande maioria não ascende seus estudos ao nível superior,



existindo a necessidade de contemplar então um plano entre sua formação recebida e sua vida pós-escolar, lembrando que não é um processo linear, mas gradual, intercalando estudo e trabalho.

Verificamos nos documentos referenciados (Soriano, Lopes, entre outros) que para a transição da escola para a vida adulta seja um sucesso, é indispensável que, durante a idade escolar, a escola promova, entre outros, a criação de uma equipe que se responsabilize pela elaboração de um plano – Plano Individual de Transição (PIT).

Uma das questões que hoje deve ser discutida com toda ênfase, no âmbito da educação, é como preparar estes alunos para o “pós-escola” ou, como é que a escola se deve organizar na implementação dos Planos Individuais de Transição de modo a preparar estes alunos para a transição para a vida adulta?

Porém não se podemos pensar o processo de transição baseado somente na sua inserção no mundo do trabalho, mas também no estabelecimento de novas relações sociais, para que se tornem pessoas mais equilibradas em sua vida pessoal, social e profissional. O processo de transição para a vida adulta deve ser pensado nas suas múltiplas dimensões e na articulação entre escola, família e comunidade.

Os aspectos que devem ser avaliados na atenção à pessoa com deficiência intelectual, incluem o direito ao exercício da autodeterminação deve estar presente, devendo ter oportunidades de experienciar situações e/ou vivências que as capacitem para desempenhar o domínio sobre a sua vida e advogarem os seus próprios interesses, crescendo a necessidade de um planejamento na sua transição para a vida adulta.



PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO

O que é?

Segundo Soriano (2006, p.24) um PIT é *um instrumento, uma ferramenta, sob a forma de documento, no qual é registrado o passado, o presente e o futuro desejado dos jovens. Ele deve incluir informação sobre o universo da vida do jovem: condições familiares, histórico médico, tempos livres, valores e background cultural, e ainda informação sobre a sua educação e formação.*

Segundo Araújo (2008), a literatura nacional ainda não nos traz dados em relação ao processo de transição da pessoa com deficiência intelectual, mas a literatura estrangeira, como Portugal, tem grandes avanços e investigações neste campo, ressaltando a importância da utilização do PIT, definindo este processo de transição como:

Processo que funciona como “ponte” entre a escola e a vida adulta de pessoas com deficiência. Implica a preparação dessas pessoas para a vida após a escola (regular ou especial) e inclui o planejamento para o emprego e para a vida na comunidade. (p.76)

Segue apontando que o PIT deve basear-se na avaliação das necessidades, das preferências e dos pontos fortes, incluindo o currículo educacional e as habilidades funcionais adaptativas, sendo um componente do PEI, ao qual está estritamente relacionado.

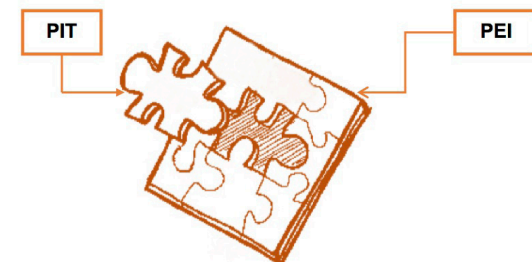


Fig. 1: Desenho de Mr. Laurent Grassi, Education Department, Disability Centre, França, In Soriano, 2006.



Para Mendes (apud Johnson et al, 2000) o PIT:

Corresponde a um documento contratual (escola-jovem-família instituição) onde se registra o percurso escolar do aluno, o futuro desejado e tem por objetivo identificar oportunidades e experiências significativas que ajudem o jovem a preparar melhor a sua vida de adulto.

Para quem?

Destina-se a jovem com deficiência, principalmente intelectual, que pretende seguir sua transição na vida pós-escolar e alcançar a inclusão laboral, um emprego, necessitando de algum apoio.

É um processo dinâmico, a curto, médio e longo prazo, que tem como objetivo promover a capacitação e a aquisição das competências sociais necessárias à inserção social e profissional e deve preparar o jovem para:

- a) conseguir um emprego;
- b) tornar-se membro de pleno direito da sociedade;
- c) sentir-se orgulhoso, confiante;
- d) tornar-se autônomo.

Devendo para isso ser flexível, para responder a mudanças de valores e experiências e responder às expectativas dos pais sobre o futuro do filho e aos desejos, interesses, aspirações e competências do jovem.

Por quê?

As pessoas com deficiência, principalmente com deficiência intelectual, demandam uma preparação para enfrentar os desafios de uma vida, adulta, autônoma e inclusiva, onde se faz necessário desenvolver competências essenciais à participação em diferentes de



ambientes, assim como capacitá-los nas áreas do desenvolvimento pessoal e social e da adaptação ao meio laboral.

Para Fernandes (2010, p. 161)

É na vida social, e nas interações com o meio que a criança com deficiência intelectual encontrará a possibilidade da plenitude do seu desenvolvimento, que deverá ser acompanhada a partir de um enfoque teleológico e prospectivo. Ou seja, guiado pelo que pode vir a ser, e não pelo que tem delimitação em seu ser. E é na educação que essa pessoa poderá usufruir de experiências organizadas e sistematizadas de ensino e potencializá-las ao longo do seu desenvolvimento.

A implementação de um PIT trata-se de uma ação proposta que deve funcionar como um facilitador, em todo o processo educativo dos jovens com deficiência intelectual, para auxiliar a realização de programas de transição para a vida adulta. Deve sintetizar o projeto de vida de cada aluno, para uma vida social adequada, com inclusão efetiva no meio envolvente (social, familiar ou numa instituição), que promova atividades de caráter ocupacional e, preferencialmente, o exercício de uma atividade profissional.

Como fazer?

O objetivo do nosso trabalho é enquadrar este documento específico, proporcionando uma melhor compreensão sobre o que é um PIT, quais são os seus objetivos e função na facilitação do processo de transição da escola para o mundo laboral. Será definido através de um tutorial, como produto desta pesquisa. Mas podemos colocar que o PIT deverá definir as etapas necessárias a percorrer e os passos a desenvolver, desde o início do processo até a conclusão do percurso educativo a fim de que o jovem alcance, com tranquilidade,



o seu projeto de vida.

A implantação do PIT, sendo um processo dinâmico, engloba duas fases em sequência: às competências desenvolvidas e às ofertas da comunidade.

O PIT é um conjunto coordenado e integrado de atividades desenvolvidas para cada aluno, visando garantir a oportunidade, o acesso e o apoio à transição da escola para as atividades pós-escolares, podendo incluir treino laboral no local de trabalho, esquemas de emprego apoiado e atividades de vida autónoma, devendo basear-se nas necessidades individuais de cada aluno, atendendo às suas preferências e interesses, tendo como perspectiva proporcionar as oportunidades e capacidades que promovam a autodeterminação, a inclusão e a participação em todos os aspectos da vida adulta.

OBJETIVOS

- Continuação do aperfeiçoamento nas áreas académicas ministradas, sempre que possível, em coordenação com as atividades de treino laboral que os alunos estejam a realizar, garantindo-se a funcionalidade das mesmas;
- Continuação do desenvolvimento de atividades recreativas, desportivas, culturais, cívicas e de desenvolvimento pessoal e social, que possam contribuir para o enriquecimento da vida do aluno, nas suas dimensões pessoal e social;
- Ampliação do âmbito das atividades de treino laboral, quer no tempo que lhe é destinado, quer na complexidade das competências a desenvolver, quer no nível de autonomia exigido.



No decurso da implementação do PIT os alunos devem ter experiências laborais em instituições da comunidade, empresas, serviços públicos ou outras organizações a identificar pela escola, e ao concluir a escolaridade terá uma certificação que atesta os conhecimentos, capacidades e competências adquiridas, deve conter a identificação da área de formação laboral, local e período de duração do(s) estágio(s), bem como as competências sociais e laborais adquiridas, entre outra informação relevante para o efeito.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO

O PIT deve orientar-se pelo princípio da universalidade e da autodeterminação do direito à educação e, em termos pedagógicos, pelos princípios da inclusão, da individualização, da funcionalidade, da transitoriedade e da flexibilidade:

- O princípio da universalidade do direito implica que os apoios a assegurar sejam acessíveis a todos os alunos que deles possam necessitar;
- O princípio da autodeterminação implica o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno, mas também os seus interesses e preferências, criando oportunidades para a participação do aluno na tomada de decisões;
- O princípio da inclusão implica não só a colocação preferencial dos alunos no mesmo contexto educativo que os seus pares sem necessidades especiais, mas também a sua participação nas mesmas atividades;
- O princípio da individualização implica um planeamento



especializado para o aluno de modo a que os apoios possam ser decididos caso a caso, de acordo com as suas necessidades específicas, interesses e preferências;

- O princípio da funcionalidade dos apoios implica que estes tenham em conta o contexto de vida do aluno. Os apoios devem ser os necessários e suficientes para proporcionar um adequado desempenho na escola, no trabalho, na vida da comunidade e na vida social de modo a promover a autonomia, o acesso à plena inclusão e à máxima participação em função dos seus interesses e capacidades;
- O princípio da transitoriedade das medidas de apoio mobilizadas traduz-se na flexibilidade da gestão e organização das oportunidades proporcionadas por estas medidas.

INSTRUÇÕES DE TRABALHO

- O aluno deverá ter um Plano de Ensino Individualizado (PEI); caso não possua buscar outras fontes de competências;
- O aluno deve participar, de forma efetiva, na construção do seu PIT;
- Deve garantir ao aluno o apoio necessário antes, durante e depois do período de transição.
- A família precisa, necessariamente, estar envolvida
- O planeamento precisa envolver a cooperação e a colaboração entre os envolvidos;
- O PIT deve ser flexível para atender a mudanças de valores e de experiências, quando necessário.



- Sempre deverá haver um profissional da escola de referência durante o processo.

	Informação e Orientação	Formação e Qualificações	Inclusão Laboral e Acompanhamento
Aluno	Acesso às informações necessárias; Identificar pontos fortes, fracos e expressar desejos; Adquirir experiência de trabalho para aprender a fazer a escolha final.	Ter um processo de aprendizagem e de formação efetiva com possibilidades de flexibilização. Avaliar o seu progresso na escola e no local de trabalho.	Ser bem-sucedido durante o período de adaptação ao trabalho; Sentir-se aceito e pertencente a grupos de trabalho.
Família	Envolver totalmente no processo; Ter espaço para expressar expectativas.	Envolver de forma ativa, contribuindo para os processos de aquisição da aprendizagem e formação.	Apoiar seu filho(a), encorajando e respeitando a sua autonomia.
Escola	Coordenar e acompanhar o processo; Conhecer e avaliar as possibilidades do aluno; Motivar, apoiar, orientar e preparar a família e o aluno; Preparar um plano de formação; Designar um profissional de referência.	Coordenar e acompanhar o processo; Desenvolver um programa de formação; Apoiar desenvolver todas as ações relativas à inclusão laboral, como a criação de contratos com o mercado de trabalho; Designar um profissional de referência; Avaliar esta fase.	Coordenar e acompanhar o processo; Assegurar ao aluno um local para o exercício da inclusão laboral; buscar garantir a orientação vocacional; Designar um profissional de referência.



Plano Individual de Transição (Modelo Completo)

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Nome do Aluno: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Interditado: _____

Nível de Escolaridade: _____

Possui BPC: _____ Deficiência: _____

Possui curatela: _____ Curador: _____

Endereço: _____

Responsável: _____

Grau de Parentesco: _____ Telefone/Cel.: _____

E-mail: _____

Documentos do Aluno:

C.I.: _____ D.E.: _____

CPF: _____ C.T.: _____

Profissional de referência: _____

CARACTERIZAÇÃO

1. Situação atual do Aluno (resumidamente)

MODELO 1

2. Motivação, Desejos e Expectativas do Aluno:

3. Motivação, Desejos e Expectativas do Família:

4. Motivações para elaboração do PIT pela escola:

MODELO 1



IMPLEMENTAÇÃO DO PIT

1. Competências pedagógicas necessárias a serem trabalhadas:

2. Competências sociais necessárias a serem trabalhadas:

3. Competências técnicas necessárias a serem trabalhadas:

4. Nível da necessidade de apoio/acompanhamento:

MODELO 1



OPERACIONALIZAÇÃO

1. Metas e prazos

Meta	Prazo

2. Ações para cumprimentos das Metas

Meta	Ação

3. Profissional, Função e Responsabilidades

Profissional	Função	Responsabilidade

4. Objetivos, Conteúdos, Estratégias e Recursos

	Obejtivo	Conteúdos	Estratégias	Recursos
Área Pedagógica				
Área Social				
Área Técnica				

MODELO 1



Avaliação da Implementação do PIT

Ano Letivo		
1º Período	2º Período	3º Período
Ano Letivo		
1º Período	2º Período	3º Período
Ano Letivo		
1º Período	2º Período	3º Período

AVALIAÇÃO FINAL

1. Competências para atividades laborais

Competências para atividades profissionais

MODELO 1



2. Vivências Laborais/Estágios

Período	Local	Funções	Avaliação

3. Indicações Laborais/Profissionais

4. Observações Finais:

Pontos Positivos:

Pontos Desafiadores:

MODELO 1



Plano Individual de Transição (Modelo Intermediário)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do Aluno: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Escolaridade: _____

Possui BPC: _____ Deficiência: _____

Endereço: _____

Responsável: _____

Grau de Parentesco: _____ Telefone/Cel.: _____

E-mail: _____

Documentos do Aluno: C.I.: _____ D.E.: ___/___/___

2. CARACTERIZAÇÃO

(Situação familiar, desejos e expectativas)

Aluno:

MODELO 2



Família:

3. ASPECTOS DO ALUNO EM RELAÇÃO:

Conhecimentos Acadêmicos:

Interações/Relacionamentos Interpessoais:

Autonomia:

MODELO 2



Atitudes Sociais:

4. OBJETIVO DO PIT PARA O ALUNO

Geral:

Específicos:



5. OPERACIONALIZAÇÃO

Área Pessoal:

Conteúdos	Objetivos	Estratégias	Recursos/Período

Área Técnica (vocacional):

Conteúdos	Objetivos	Estratégias	Recursos/Período

6. AVALIAÇÃO

Áreas	Crítérios	Intervenções	Resultados
Pessoal			
Técnica			



7. OBSERVAÇÕES FINAIS

Pontos fortes:

Pontos desafiadores:

Indicações Laborais/Profissionais:



Plano Individual de Transição (Modelo Simplificado)

1. IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Nome do Aluno: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Escolaridade: _____

Possui BPC: _____ Deficiência: _____

Responsável: _____

Grau de Parentesco: _____ Telefone/Cel.: _____

Docente Responsável pelo aluno: _____

EXPECTATIVAS/INTERESSES PESSOAIS

Área acadêmica:

Área vocacional:



EXPECTATIVAS/INTERESSES FAMILIARES

Área acadêmica:

Área vocacional:

PARTICIPAÇÃO NA VIDA COMUNITÁRIA

Vida Independente/Autonomia (habitação, transportes, mobilidade):

Atividades nos tempos livres:

MODELO 3



Relações Interpessoais/Tomada de Decisões:

Participação/Envolvimento Social:

OBS1: Respondido pelo aluno e família – separadamente.

METAS/OBJETIVOS

Metas/objetivos	Estratégias	Recursos	Resultado

Indicações Laborais:

Elaborado por:

Data Inicial: ___/___/___

Data Final: ___/___/___

MODELO 3



Modelos	Público
Completo	Alunos adolescentes que estão iniciando o processo de transição e de preparação para a inclusão laboral.
Intermediário	Alunos jovens que já iniciaram o processo de transição e estão em processo de inclusão laboral.
Simplificado	Alunos jovens e/ou adultos que estão vivenciando a inclusão laboral.



ESCLARECENDO DÚVIDAS:

Posso elaborar um Plano Individual de Transição - PIT para um aluno que não possui um plano de Ensino Individualizado - PEI?

- Sim, mas não é o ideal. Se o aluno apresenta condições que o impedem de adquirir as competências terminais definidas no currículo, deve a escola complementar o PEI, com o PIT, destinado a promover a transição para a vida pós escolar, uma vez que se destina a alunos com necessidades educacionais que dificultam a aquisição das aprendizagens e competências definidas no currículo comum, promovendo seu ingresso no mundo laboral. Entretanto alguns jovens e adultos, com deficiência intelectual, que estejam afastados do processo escolar e queiram ingressar no mundo laboral, a utilização do PIT trará informações importantes e será um facilitador neste processo.

A partir de qual idade deve-se iniciar o PIT?

- Para os alunos com 15 ou mais anos, sempre focando a promoção da transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de caráter ocupacional.

Se o aluno não possui uma certificação da escolaridade, ele ainda assim pode se beneficiar com o PIT?

- Sim, principalmente estes alunos que não adquiriram as



competências acadêmicas do currículo comum. O aluno deve buscar na escola seu PEI (caso tenha sido elaborado) ou qualquer documento onde estejam identificadas as adequações no processo de ensino e aprendizagem que lhes tenham sido aplicadas para que o PIT possa ser elaborado.

Como consolidar o PIT?

- A forma de concretizar um PIT é muito variável, depende do aluno, das suas competências e dos recursos existentes na escola. O PIT deve projetar um conjunto de atividades de natureza social, pré-profissional, profissional e/ou ocupacional, focando na identificação de atividades ocupacionais adequadas aos interesses e capacidades do aluno. Para isso, pode e deve incluir treino laboral na própria escola, esquemas de emprego apoiado, atividades de vida autónoma e de participação na comunidade e deve oportunizar, se possível, a realização de experiências laborais em empresas ou instituições.

É obrigação da escola arranjar emprego ao aluno?

- A escola não pode/deve arranjar empregos, mas sim tomar um conjunto de medidas, de forma a possibilitar aos alunos, familiares e comunidade, um envolvimento no processo Escola Transição para a Vida Adulta, propiciando sua no mundo do trabalho, assegurando a todos os alunos e a cada um deles um PIT adequado às suas necessidades. Mas as escolas não podem, nem devem entrar nesse processo isoladamente, devendo procurar apoios noutras organizações da comunidade, como outras unidades de



ensino; empresas; Organizações não-governamentais; Organizações de Educação Especial; Centros de Emprego; sindicatos; Organizações Empresariais; Autarquias e Serviços Públicos; Estabelecimentos de Ensino Profissional; Centros de Formação Profissional, entre outros.

Meu aluno possui limitações significativas que não o favorece a assumir um posto de trabalho.

- A transição para a vida adulta não está, necessariamente, ligada ao ingresso ao mercado de trabalho, mas a uma mudança de referencial, onde o contexto escolar não está no foco de sua vida social. Ademais, a inclusão laboral pode ocorrer de diferentes formas, e nestes casos a elaboração do PIT se torna importante para desenhar alternativas. A vertente funcional do currículo e o exercício laboral teriam um papel de destaque.

Como garantir o envolvimento da família neste processo?

- Para que a participação da família neste processo seja positiva e significativa, é necessária uma mudança de atitude por parte de todos, rompendo os muros e buscando estratégias de aproximação em todos os momentos, tornando isto um compromisso. A família deve entender que quanto se envolvem ativamente neste processo, melhores são os resultados dos alunos. A assinatura do termo de responsabilidade também configura como um compromisso firmado e assumido.



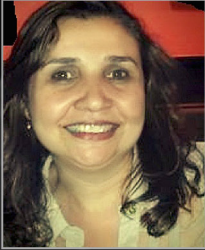
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, E. A. C. Deficiência Mental, Suporte Comunitário e Transição. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2008.
- BARBOSA, C; MIGUEL J. Plano Individual de Transição, s/d. Disponível em https://www.cfaematosinhos.eu/PIT%20Joao%20Miguel_Cristina%20Barbosa_1.pdf. Acesso: jan. 2017
- CARVALHO, A. C. ;PACHECO, A. P. C. M. ;LOPES, S.M. Vivenciando a Prática Laboral: o Aluno com Deficiência Intelectual. Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos/SP 2016. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee7/autores/ana-cristina-de-carvalho>. Acesso: jan.2017
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: jan.2017
- EUROPEN AGENCY FOR DEVELOPMENT IN SPECIAL NEEDS EDUCATION & SORIANO, V. Planos Individuais de Transição. Apoiar a Transição da Escola para o Emprego. 2006. Disponível em https://www.european-agency.org/sites/default/files/individual-transition-plans_itp_pt.pdf. Acesso: dez. 2016.
- FERNANDES, E. M. Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual. In MENDES, E & ALMEIDA, M.A (Org.). Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2010
- SIQUEIRA, M. E. C. de Envelhecer com deficiência intelectual: ouvindo a cidade e a família. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. 2011
- SORIANO, V. (Org.). Transição da Escola para o Emprego: Principais problemas, questões e opções enfrentadas pelos alunos com necessidades educativas especiais em 16 países Europeus. Middelfart: European Agency for Development in Special Needs Education (2202)
- SORIANO, V. (Org.). Planos individuais de transição. Apoiar a transição da escola para o emprego. European Agency for Development in Special Needs Education, 2006.



- VELTRONE A. A.; MENDES E. G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, Jul. /Dez. 2012
- VERDUGO, M. A. & WEHMEYER, M. L., BUNTINX, W. H., LACHAPPELLE, Y., LUCKASSON, R. A., SCHALOCK, R. L. The intellectual disability construct and its relation to human functioning. in Intellectual and Developmental Disabilities. volume 46, Nº 4. 2008.

AUTORAS



ANA CRISTINA DE CARVALHO

PSICÓLOGA, PSICOPEDAGOGA, ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. ATUA NO NÚCLEO DE INCLUSÃO LABORAL, COM ALUNOS, JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM FASE DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA.



DRA. EDICLEA MASCARENHAS FERNANDES

PSICÓLOGA, PEDAGOGA, MESTRE EM EDUCAÇÃO E DOUTORA EM CIÊNCIAS NA ÁREA DE SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER. PROFESSORA ADJUNTA DA UERJ E PROFESSORA PERMANENTE DO MESTRADO EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO DA UFF.

